

PRIMEIROS PASSOS

ROGÉRIO MORI

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

A AGENDA mais urgente do novo governo, neste momento, remete à questão fiscal. Analisando-se de uma perspectiva ampla, a rigidez dos gastos imposta pela própria dinâmica do setor público, aliada aos dispositivos de engessamento orçamentário oriundos da própria Constituição de 1988, tornou a questão fiscal uma bomba-relógio a ser detonada em algum momento no Brasil. A solução temporária encontrada, a partir de 1998, pelo governo Fernando Henrique para evitar a detonação da “bomba fiscal” foi o aumento da carga tributária. Isso se deu por meio da criação de novas contribuições ou pelo aumento de alíquotas de tributos. Esse expediente foi seguido pelo governo Lula, particularmente ao longo do seu primeiro mandato. Esse processo permitiu a melhoria dos resultados fiscais da União, mesmo ante os aumentos de gastos verificados no período.

Nesse sentido, destaque-se que o tão celebrado ajuste fiscal promovido pelo governo Fernando Henrique e sustentado pelo governo Lula não foi construído, em momento algum, por corte de gastos públicos (que, aliás, seguiram crescendo celeremente). Os superávits primários gerados naquele período foram proporcionados a partir do puro aumento da carga tributária no País.

Logicamente, essa construção era uma solução temporária, uma vez que a solução fundamental, voltada à questão da contenção dos gastos públicos, nunca foi sequer tangenciada de fato (obviamente, pelas implicações políticas disso). Sob essa perspectiva, as reformas promovidas nos sistemas previdenciários privado e público apenas visaram desacelerar o ritmo de crescimento das despesas com benefícios no médio prazo, mas,

nem de longe, equacionaram o problema como um todo.

Note-se que, analisando-se de um espectro mais amplo, a contenção de gastos públicos, tão discutida nos meios econômicos, deve estar aliada à melhoria da oferta em termos de qualidade e quantidade dos serviços públicos no Brasil. Em outras palavras, a questão do equacionamento fiscal não passa apenas pela diminuição dos gastos públicos, mas também pelo aumento da eficiência e da produtividade do setor público brasileiro.

Entretanto, desde fins do mandato do presidente Lula e ao longo dos anos da presidente Dilma, o Governo passou gradativamente a desconsiderar essa realidade no campo fiscal. Pior do que isso, o Governo passou a assumir, ao longo do primeiro mandato da presidente Dilma, que não havia a necessidade da geração de superávits primários expressivos, como os verificados em anos anteriores (esse ponto foi particularmente enfatizado pelos defensores da finada “Nova Matriz Econômica”, enraizados no governo federal). Essa lógica, no campo prático, traduziu-se em uma aceleração dos gastos do Governo conjugada a um conjunto de isenções fiscais, que visavam beneficiar setores específicos da economia brasileira.

Como consequência disso, os resultados das contas públicas brasileiras deterioraram-se rapidamente ao longo dos últimos anos, levando o País a uma situação crítica ante o quadro de recessão econômica e consequente retração da arrecadação de impostos e contribuições. A solução “tampão”, criada temporariamente nos governos anteriores para equacionar o problema fiscal e

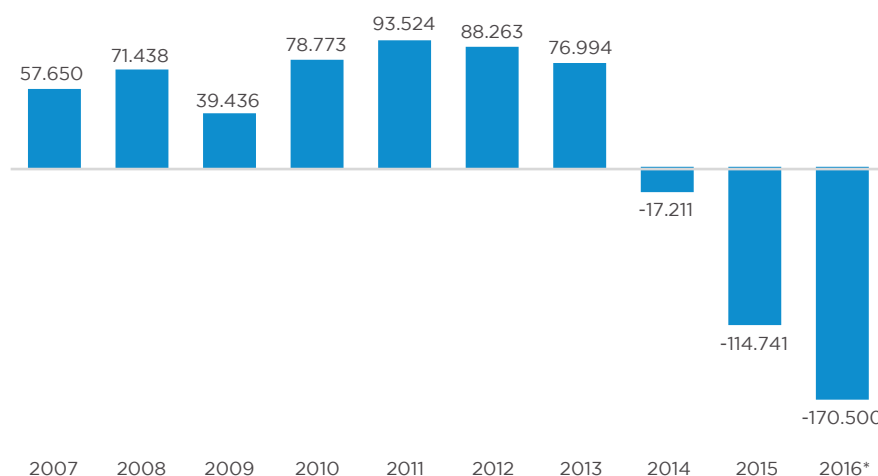
centrada no aumento da carga tributária, evaporou completamente ante os desatinos do lado dos gastos públicos e das isenções promovidos pelo governo Dilma.

Como consequência disso, a urgência dos fatos impõe a um eventual governo Temer a necessidade imediata de lidar com a questão fiscal. Obviamente, existe um conjunto de gastos gerados pela própria ineficiência e pelo inchaço da máquina pública, promovidos pelo governo Dilma, que podem ser facilmente ajustáveis no curto prazo. Este ajuste, por si só, promoverá alguma melhora dos re-

sultados nas contas públicas no curto prazo. As primeiras medidas já anunciadas apenas mostram boa vontade.

O problema maior, no entanto, remonta à questão fiscal fundamental descrita anteriormente, que só poderá ser equacionada ante a realização de reformas constitucionais, que deverão, necessariamente, passar pelo Parlamento. A dúvida é se o governo Temer terá força política para tal em um espaço de tempo curto e em um contexto político ainda fragmentado. Os próximos meses, sem sombra de dúvida, serão de muita emoção. ■

BRASIL: RESULTADO PRIMÁRIO DAS CONTAS PÚBLICAS



* Previsão do governo federal
Fonte: BCB